

A JUVENTUDE NEGRA NÃO TEM CARA PINTADA

Silvia Maria Vieira dos Santos

Que bloco é esse? Eu quero saber
É o mundo negro que viemos mostrar pra você.
Que bloco é esse? Eu quero saber?
É o mundo negro que viemos mostrar pra você.
Ilê Ayê - O Rappa

O que é ser jovem numa sociedade que discrimina ? Esta é uma pergunta pertinente. O presente artigo trata sobre os/as jovens negros e negras (em especial os de Fortaleza) e suas diversas realidades, como são vistos pela sociedade, como se relacionam com os símbolos próprios da ancestralidade e que ações a escola pode desenvolver para a construção da identidade étnico-racial desses sujeitos.

Entendo aqui juventude como conceito construído histórica e culturalmente que precisa ser estudado no contexto da dinâmica das relações sociais em um tempo e espaço determinado. É uma categoria social diferenciada em suas ações, condição social, sexual, de gênero, de valores, localização geográfica, de classe, etc.

Segundo Silva apud Dayrell, a juventude, “não se reduz a um momento de transição, a um tempo de prazer e de uma fase de crise dominada por conflito com a auto-estima e/ou personalidade. (...) embora não seja fácil construir uma definição da juventude enquanto categoria, podemos entendê-la, ao mesmo tempo, como uma condição e um tipo de representação” (2008, p. 24)

A pesquisa sobre os/as jovens negros e negras é um desafio. São poucas as experiências de pesquisa sobre esse assunto. Sabemos que essa juventude não é homogênea e dentro dela existe uma diversidade de juventudes que tratam de maneira distinta os símbolos próprios das africanidades. “Será preciso que a juventude negra grite, cante, denuncie para que a sociedade brasileira compreenda que o recorte racial nos possibilita enxergar que os condicionamentos sociais e políticos incidem de maneira diferente sobre os jovens negros e brancos ?” (GOMES, 2002, p.73)

De acordo com Passos (2005, p.55):

A ausência da variável racial em pesquisas que têm as desigualdades sociais e populações como foco indica alguns fatores já conhecidos para quem se dispõe a estudar relações raciais no Brasil. Em primeiro lugar, está colocado o “mito da democracia racial”, construído por Gilberto Freyre,

e aceito e assimilado tanto pela sociedade civil quanto pelo meio acadêmico. Um outro fator é a leitura clássica de que somente as relações de classe explicam as desigualdades existentes na realidade brasileira, impedindo uma visão que identifique os sujeitos pesquisados como sujeitos raciais ou de gênero, como se esses dois elementos fossem desnecessários para a interpretação da realidade ou não fossem constituídos da realidade social que está sendo investigada.

Nesse sentido abordar essa temática se torna necessária, na tentativa de reconhecer a juventude negra como protagonista da construção de uma sociedade que valorize os negros e a matriz africana como referenciais de brasilidade.

QUEM SÃO OS/AS JOVENS NEGROS E NEGRAS ?

Segundo Santos, Borges e P. Santos (2005), a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” constatou que dos 34,1 milhões de jovens brasileiros, 47% são negros¹, ou seja, 16 milhões de jovens pretos e pardos.

A referida pesquisa evidenciou também uma característica no mínimo interessante, que “as camadas sociais vão embranquecendo na medida em que sobem a pirâmide social”(Idem, p.292).

Esse fato não é de se estranhar, pois a sociedade do espetáculo ideologizada pela mídia impõe um modelo estético e sinalizador de um status social almejado. Um modelo idealizado com uma figura branca, de cabelo liso, magra e com roupas de marca, esta é a visão da beleza. Concordo com Abramo ao dizer que a roupa é um símbolo do ingresso do jovem nos espaços sociais das cidades sendo essa também, uma das questões centrais para os jovens negros. De acordo com a autora, “a busca de exibir sinais seguros e visíveis de pertencimento a um determinado grupo faz parte do processo de definição de identidade característico dessa fase”. (1994, p.71)

Um outro dado revelador da pesquisa acima citada é que os jovens brasileiros reconhecem as desigualdades sociais e entre elas as decorrentes do racismo. Neste sentido podemos elencar algumas questões para esta categoria social.

A primeira, tratando a juventude negra como um problema social para a elite branca. Essa idéia de juventude como problema surge nos estudos da Escola de Chicago e se desenvolve a partir da Teoria do Rótulo.

¹ De acordo com os autores deste artigo o movimento Negro ressignificou a palavra “negro” por meio da ação política-cultural e estética da negritude, um movimento da década de 1970, que valorizou os traços da cultura africana que se manifestam na música, na religião de matriz africana, na dança, na culinária, na rejeição e protesto contra a preponderância da cultura e matriz européias.

Como afirma Zaluar (2004, p.178), essa corrente:

tomou por objeto de estudo o processo de rotulação dos jovens que moravam em guetos ou bairros pobres, focalizando principalmente as práticas governamentais, policiais e judiciais que classificavam os jovens de etnias inferiorizadas ou de camadas pobres como “delinquentes”, embora fossem apenas adolescentes ou jovens vivendo conflitos próprios de sua idade naquilo que Matza (1969) chamou de drift (estar à deriva).

Essas idéias explicam as formas de repressão e detenção que a sociedade impõe aos jovens empobrecidos que em sua maioria são negros, evidenciando o racismo arraigado nas pessoas. De acordo com Santos et al (2005, p. 301):

A segurança pública no Brasil é uma atribuição do Estado, porém diante da juventude negra e pobre ela exerce um papel mais repressivo e menos de seguridade social. A abordagem policial na periferia das grandes cidades está em grande parte comprometida com a situação de extermínio da juventude negra.

Em 2002, segundo os dados do Ministério da Saúde, morreram no Brasil 28 mil jovens de 20 a 24 anos, sendo que 80,5% deles eram do sexo masculino. E como afirma Bento e Beghin (2005) isso se justifica por uma combinação de fatores tais como: racismo, pobreza, discriminação institucional e impunidade.

Essa relação não é fruto do acaso; distorções como a “presunção de culpabilidade” em relação aos negros resultam em ações que promovem a eliminação pura e simples dos suspeitos, violando os direitos humanos e constitucionais desses jovens. Ações que de tão recorrentes e banalizadas denunciam um processo silencioso de eliminação desse grupo da população. (idem, p. 02)

É fato que ao abrirmos os jornais, as manchetes mostrem a violência cometida pela juventude ligada ao perfil étnico e socioeconômico. Para Kehl, a violência não é sintoma apenas da classe oprimida, mas é um reflexo do conjunto da sociedade. “O adolescente ‘sem lei’, ou à margem da lei, é efeito de uma sociedade em que ninguém quer ocupar o lugar do adulto, cuja principal função é ser representante da lei diante das novas gerações,” (2004, p. 96)

Uma segunda questão é retratada pela pesquisa, afirmando que a juventude negra é suscetível ao mito da democracia racial, visualizada na obra de Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala”.

O mito da democracia racial é uma narrativa ideológica que nega a desigualdade racial, conseqüentemente o racismo, afirmando que entre negros e brancos existe uma igualdade de oportunidade. Ao negar o racismo, ele perpetua

os estereótipos e preconceitos sobre os grupos étnicos marginalizados, pois somos levados a pensar que se existe igualdade de tratamento, as desiguais posições socioeconômicas são resultado da incapacidade de negros e índios que possuem culturas subalternas.

De acordo com Machado (2000, p. 54):

A análise da realidade exige um adequado e ilustrativo marco histórico. Em geral, atribui-se a situação de exclusão dos afrodescendentes unicamente ao seu passado histórico de escravizados, o qual sem dúvida tem uma influência profunda e determinante, mas existe um processo de construção da ideologia racista que sustenta os instrumentos causadores dessa exclusão”

No Ceará ainda insistem em dizer que não existem negros em nome da falsa democracia racial e da miscigenação. Esta ideologia torna quase inexistente a participação negra na história cearense, marginalizando e escamoteando a presença dos negros neste estado. “A negritude é escondida sob a morenice, a brejerice, a sensualidade da cor.” (FUNES, 2004, p. 132)

Contradizendo a idéia errônea acima citada, a pesquisa Retratos da Fortaleza Jovem² evidencia que mais da metade dos jovens fortalezenses são negros³ e pardos (65% dos entrevistados, ver anexo).

Porém é interessante notar que os que se declararam negros são 13,7%, pardos 51,3% e brancos 28,6%. E ao serem indagados sobre sua ascendência étnica, considerando as combinações de cor e etnia dos avós e dos pais, os mesmos responderam que ascendência somente negra eram apenas 4,1% e só branca 14,4, enquanto a combinação negros e brancos foi de 58,9%.

Se por um lado devemos estranhar que a ascendência negra seja menor do que o número de entrevistados de origem negra, da mesma forma é confuso que o número de brancos seja inversamente proporcional a sua ascendência. O fato é que uma boa parte dos jovens fortalezenses reconhece os traços negros em sua identidade.

² A pesquisa Retratos da Fortaleza Jovem é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza (Assessoria de Juventude do Gabinete da Prefeitura de Fortaleza) desenvolvida em parceria com o Instituto da Juventude Contemporânea (IJC), que visa conhecer, identificar e mapear as juventudes da cidade, suas demandas e anseios, a fim de subsidiar o poder público e a sociedade civil na construção de políticas públicas voltadas para os segmentos juvenis.

A população objeto da pesquisa foi constituída por 636.425 jovens do sexo masculino e feminino com idade variando de 15 anos a 29 anos, residentes no município de Fortaleza. Os dados relativos à distribuição da idade na faixa etária de 15 a 29 anos foram obtidos nos registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A amostra é de 1.734 sujeitos foi distribuída pelos bairros em função da proporção de jovens do sexo masculino e feminino, nas faixas de idade de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

³ Apresente pesquisa optou ao fazer o questionário de usar o termo negro e não preto como é usado nas pesquisas do IBGE.

Ainda de acordo com esta pesquisa, apenas 9,9% dos jovens negros estão cursando a universidade e que em sua maioria estudam em escola pública. Do total destes jovens 65,6% estão desempregados, sendo apenas 34,4% os que estão trabalhando.

De acordo com Souza, os “atuais indicadores sociais sobre a educação demonstram a existência de uma estreita relação entre a realidade sócio-histórica e a exclusão escolar dos(as) alunos(as) negros(as), agravada à medida que aumentam os anos de escolarização” (2006, p. 85)

É alarmante a constatação da pesquisa acima citada que pergunta “o que é melhor como jovem: ser homem ou ser mulher ?” e 75% dos jovens negros (entre meninos e meninas) afirmam que é melhor ser homem, evidenciando um profundo desequilíbrio entre a participação feminina na sociedade fortalezense e o seu reconhecimento enquanto categoria social.

Constato que ao longo de nossa história foram e ainda são negadas aos negros e negras todas as possibilidades de ascensão social e direito à cidadania, sendo, eles e elas, colocados a margem da civilização construída pelos que estão no poder, sendo esta sociedade inspirada nos valores políticos, intelectuais e religiosos europeus, cujo tipo ideal é o branco.

Segundo Sodré:

persiste ainda hoje a utopia civilizatória da Europa. Após cinco séculos de colonização da América, os europeus – diretamente ou por meio das elites nacionais mediadoras, atualmente secundadas pelas elites dos meios de comunicação – continuam reproduzindo o discurso de enaltecimento de seu valor universalista, como garantia da colonialidade do poder.

Apesar de existir uma invisibilidade da presença e contribuição das culturas africanas no Ceará, havendo uma estreita relação entre a negação da importância cultural africana e o racismo. Não se pode negar que no processo de diáspora negra, atravessaram o Kalunga⁴ diversas culturas africanas que influenciaram a cultura cearense e que ainda hoje resistem através de vários núcleos de populações negras urbanas e rurais, tais como: Comunidade Quilombola Alto Alegre, em Horizonte, Conceição dos Caetanos, em Tururu, Bastiões, em Iracema, Goiabeltras, em Aquiraz, Colibri, em Tauá, etc.

QUE EXPRESSÕES DA ANCESTRALIDADE MARCAM AS IDENTIDADES DA JUVENTUDE ?

⁴ O Kalunga que em Mbundu, significa “água grande” é, também, um ícone que simboliza a origem de determinadas sociedades congo-angolanas. Vamos encontrar nas festas de negros no Ceará, no Maracatu, na corte dos Reis do congo.

A historiografia ofuscou a imagem e contribuição do negro na nossa história, bem como reduziu o continente africano atribuindo a ele estereótipos negativos. Essas abordagens são construções do pensamento europeu a fim de desqualificar a presença marcante do povo negro em nosso país.

Na contramão desse pensamento está Souza afirmando que parte da juventude negra vem ressignificando espaços de tradição e de cultura afro-brasileira em suas diversas formas de preservação e manifestação. Um exemplo desse espaço é o HIP-HOP que é um movimento próprio da juventude. De acordo com Gomes (2002, p. 73), este movimento:

deve ser entendido aqui com um sentido muito mais amplo do que um simples movimento corporal. Significa, na realidade, ter “jogo de cintura”, saber agir e reagir diante de uma sociedade excludente e discriminatória. Essa maneira de ver o mundo e responder às pressões e às opressões pode ser considerada como uma herança ancestral.

Através do Rap os jovens negros denunciam as formas de violência, o desrespeito e a discriminação que sofrem e promovem o fortalecimento da identidade racial das novas gerações que buscam nas raízes culturais negras a resistência, a coragem e a luta para a transformação das condições de vida.

Observa-se que o “ser jovem” está associado à constituição de grupos de pares como forma de constituição de identidades pessoais e sociais. Portanto, a formação de um grupo como o Movimento Hip Hop, ideologicamente orientado em torno de uma “identidade negra”, gera uma rede de identificação particular, na qual o sentimento de pertença se associa a determinadas leituras da sociedade e a práticas politicamente engajadas. (ZIGONE, 2006, p. 04)

Para Zigone, a afirmação positiva do ser negro e da resistência se dá a partir de uma construção estética diferencial e particular. Segundo a autora, as escolhas que compõem o estilo dos jovens do Hip Hop são fundamentais para que os jovens se reconheçam, pois “baseiam suas avaliações acerca do ‘outro’ através de micro-percepções acionadas pela vestimenta, corporalidade, linguagem, etc.”. (2006, p. 11)

Concordo com Dayrell que o mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de afirmação da identidade juvenil tendo como marca suas práticas, representações, símbolos e rituais. Exemplos disso são os movimentos culturais populares, blocos carnavalescos, maracatus, os grupos de congadas, os grupos teatrais e musicais e as bandas de música (pop, rock, funk, hip hop, música afro), a literatura e as várias expressões da linguagem.

Além do Hip Hop, outros símbolos de identidade negra que podemos elencar e que são frequentemente usados e ressignificados pelos jovens negros são o cabelo e o corpo apesar do branco ser o ideal de beleza no Brasil.

Para Gomes (2006) o cabelo crespo e o corpo são símbolos que possibilitam uma construção social, política, cultural e ideológica da beleza negra, sendo a sua intervenção uma questão de identidade, pois:

o cabelo do negro, visto como 'ruim', é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito.(...) Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo. (2006, p.21)

O cabelo é um elemento de tensão e contradição que marca a vida do povo negro, pois pode ao mesmo tempo configurar a desigualdade advinda do racismo, ou ao contrário, expressar a valorização da ancestralidade recriada no Brasil, transformando-o em símbolo de afirmação racial e estética.

OS JOVENS NEGROS E A ESCOLA

Vários autores afirmam que a escola está entre as instituições que excluem a diversidade juvenil e não reconhece as suas ações, símbolos e visões de mundo.

Gomes (2006) afirma que a escola, instituição reflexo da sociedade, é marcada não somente pela exploração sócio-econômica, mas também pelo sexismo e pelo racismo. Ao tratar da relação dos rappers com a escola, a autora (2002) cita que esses jovens demonstram um sentimento de desilusão e de isolamento com a escola que discrimina e consequentemente contribui para a fragmentação da identidade racial dos mesmos. Contudo, os próprios jovens admitem que a escola é um direito social e abandona-la não vai mudar a situação de exclusão que sofrem.

Segundo Sposito, a maioria das relações sociais mais significativas entre os jovens são gestadas fora da escola e da família, instituições tradicionais de caráter socializador. Em contraposição, as ruas dos bairros, em especial os mais pobres, se tornam importantes na conformação da identidade juvenil. E acrescenta que “poderíamos falar de crise em termos da instituição escolar, da ausência de projetos culturais e educativos portadores de algum significado, do esvaziamento do seu sentido para seus alunos”(2006, p. 101).

Para Silva (2006) a relação entre professores e alunos afrodescendentes se dá num “clima de estranhamento”, do qual fingi-se não tomar conhecimento e os conteúdos são passados a partir de uma base eurocêntrica.

A visão da África como um continente a-histórico é reproduzido em nossas salas de aula a medida que trabalhamos o continente apenas a partir do colonialismo do século XV e XVI, sendo “apresentada aos alunos separada em duas ou três faixas étnico-geográficas-linguísticas de onde saíam os escravos.” (OLIVA, 2004, p. 31).

A ausência e as distorções da História africana nos livros didáticos nos revelam um despreparo e, ao mesmo tempo, um descaso dos autores e editoras diante da temática, evidenciando um obscurantismo de interesses na formação dos estudantes brasileiros.

Soma-se ao problema dos livros didáticos, a falta de formação dos professores. A maioria dos profissionais de história e áreas afins não teve contato com disciplinas específicas sobre a História da África. Há uma carência imensa de conhecimentos sobre a cultura e a história da África e dos afrodescendentes.

É por desconhecermos essa história que não valorizamos nossas raízes africanas, contribuindo diretamente para o enraizamento das idéias racistas em nosso país.

Diante dessa situação, Souza apud Gomes (2006, p. 88) ao citar a escola com um espaço de diálogo com os jovens, indica:

(...) um dos caminhos para a construção de práticas formadoras que eduquem para a diversidade e contemplem a questão do negro poderá ser o da construção de um olhar mais atento aos caminhos e percursos dos educandos e educandas negros(a), ou seja, descobrir como tem sido o processo de construção de sua identidade negra, os símbolos étnicos que criam e recriam através da estética, do corpo, da musicalidade, da arte.

Neste sentido a lei nº 10.639/2003⁵ que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana nas escolas públicas e particulares é de suma importância, sendo uma tentativa nacional de se discutir profundamente as raízes do racismo e os mecanismos que usaremos para combatê-lo e de valorização da cultura afrobrasileira e do negro como brasileiro.

De acordo com Silva devemos estar atentos às africanidades brasileiras, o legado africano, uma herança que mulheres e homens escravizados nos deixaram, pois, “nós, brasileiros, não unicamente os afro-brasileiros, herdamos ritmos, quitutes, jeitos de viver e de trabalhar, as religiões”, além dos modos de organizar as lutas e a resistência próprios dos negros/as (2006, p. 172).

⁵ Altera a LDB, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Estudar as africanidades brasileiras significa conhecer, compreender e valorizar a história e cultura dos africanos, estabelecendo vínculos com a ancestralidade, através de lugares de construção de identidades, tais como os espaços de tradição e de cultura afrodescendente (comunidades de terreiro, folias de reis, maracatu, samba, etc.).

Gomes afirma que “é preciso que a instituição escolar se compreenda enquanto espaço da diversidade étnico-cultural e entenda que o respeito ao diferente deve ser uma postura político-profissional a ser assumida pelo profissional da educação.” (2002, p. 86)

Para que a escola seja um território alternativo para a juventude negra, devemos pensá-la na perspectiva de um lugar de trocas e experiências de negros e não-negros, onde a valorização da diversidade e da igualdade sejam pilares de mudança de uma história de discriminação e exclusão em que crianças e jovens negros estão submetidos no interior do ambiente escolar.

Como defende Souza (2006, p. 89):

a escola deve desenvolver ações para que todos(as) negros(as) e não negros(as) construam suas identidades individuais e coletivas, garantindo o direito de aprender e de ampliar seus conhecimentos, sem serem obrigados a negar a si próprios ou ao grupo étnico-racial a que pertencem.

Nesse sentido, o ensino de história torna-se uma ferramenta de resistência das populações negras e afrodescendentes, as quais durante anos foram relegadas à visão de negro-escravo-subalterno-pobre. E atividades como: semana da consciência negra, semanas culturais, projetos de cultura popular (reisado, bumba-meu-boi, maracatus, etc), oficinas de dança e de percussão, desfile da beleza negra, o hip hop na escola são exemplos de algumas iniciativas feitas nas escolas de Fortaleza e que vem fazendo a diferença.

Todavia, devo lembrar que essas ações não podem ser efetivadas como algo imposto a ser repassado com força de lei, mas vivenciado através das diversas expressões da ancestralidade.

Experimentar das africanidades brasileiras é perceber o movimento do seu corpo, é comer fruta no pé, é sentir o cheiro do amado/a, é suor-festa-perfume, é ter o gosto do cajueiro-memória do povo e de pimenta malagueta resistência e pisar na terra da fertilidade⁶. Estes são símbolos que marcam a vida da juventude e que podem contribuir para a valorização da cultura negra e da identidade juvenil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

⁶ Estes são confetos de uma pesquisa sociopoética feita com professores em 2007

ABRAMO, Helena. *Cenas juvenis – punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Ed. Scritta, 1994, pp. 55-79.

BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie. *Juventude Negra e Exclusão Radical. Políticas Sociais – acompanhamento e análise*. IPEA, ago, 2005. Disponível em: www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bps_11/ENSAIO_Maria.pdf. Acesso em: 10 abr. 2008.

DAYRELL, Juarez. **O rap e o funk na socialização da juventude**. Belo Horizonte: UFMG. Observatório da Juventude. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br:8080/objuventude/textos/RAP%20FUNK%20USP.pdf>. Acesso em agosto 2008.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (orgs), 3ª ed. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2004.

GOMES, Nilma Lino. *Rappers, Educação e Identidade Racial*. Educação Popular Afro-Brasileira. Florianópolis: Editora Atilênde (Núcleo de Estudos Negros). 2002.

_____. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Blo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez (org). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 1996.

KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma de cultura. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs). *Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004, pp 89-114.

MACHADO, Juanpedro. *A Dimensão Racial da Pobreza*. Políticas de Ajuste x Políticas de Inclusão: gênero e raça nas políticas públicas. P. 53-62.

MEC. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC 2005.

OLIVA, Anderson R. *A História da África nos bancos escolares*. Representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afroasiáticos, ano 25, nº 03, 2003, pp 421-461. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aaa/v25n3/a03v25n3.pdf>. Acesso em novembro de 2006

PASSOS, Joana Célia dos. Escolarização de jovens negros e negras. In: OLIVEIRA, Iolanda de, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves, PINTO, Regina Pahim (orgs). *Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, ANPED, 2005.

RETRATOS DA FORTALEZA JOVEM. Pesquisa disponível em: <http://www.retratosdafortalezajovem.org.br/>. Acesso em setembro de 2007.

SANTOS, Gevanilda, SANTOS, Maria José P e Borges, Rosangela. *A juventude negra*. In: ABRAMO, Helena e BRANCO, P.P.M. (orgs). *Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo, 2005, p. 291-302.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org). *Superando o Racismo na escola*. 2ª edição. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

_____. Prática do racismo e formação de professores. In: DAYRELL, Juarez (org). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 1996.

SILVA, Randes Ribeiro da. O Racismo na Educação: as representações raciais dos jovens nos livros didáticos do ensino médio da rede pública de Goiânia. (monografia de especialização) FAJE. Goiânia, 2008.

SODRÉ, Muniz. Calro e Escuros – identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999. 2ª ed.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. Ensino Médio. In: Ministério da Educação. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude: crise, identidade e escola. In: DAYRELL, Juarez (org). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 1996.

ZALUAR, Alba. *Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência*. In: VIANNA, Hermano (org.), *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003, pp 17-57.

ZIGONE, Carmela. Hip Hop em processo: identidade, territorialidade e ritual. Brasília, 2006. Trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da ANPOCS - Caxambu/ MG, 24 a 28 de outubro de 2006 - Disponível em: http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=79. Acesso em agosto de 2008.